

ATA NÚMERO 187/XII/3ª SL

01.abril.2014 – 15h00

Ao primeiro dia do mês de abril de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação da proposta de Ordem do Dia**
2. **Aprovação de atas**
3. **Comunicações do Presidente**
4. **Audição do Professor Doutor Vitor Corado Simões, sobre Avaliação Tecnológica Parlamentar - 15h00**
5. **Audiência à Federação do Folclore Português - 16h00**
6. **Proposta de Lei n.º 192/XII/3.ª** - Procede à primeira alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais e ao Decreto-Lei n.º 9/2013, de 24 de janeiro, que regula liquidação, a cobrança, o pagamento e a fiscalização das taxas previstas na Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro.
 - **Continuação da discussão e votação na especialidade**
7. **Petição n.º 327/XII/3.ª da iniciativa de Agostinho Lopes Serra** – Pretende que seja reposta a justiça quanto à sua situação profissional que já se arrasta desde 2005 como professor contratado.
 - **Apreciação e votação do relatório**
 - **Deputado relator:** João Prata - PSD
8. **Projeto de Lei n.º 526/XII (BE)** - Elimina a exigência de realização de exames a disciplinas a que os alunos do ensino profissional são impedidos de se inscrever repondo os critérios do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março.
 - **Apresentação pelo autor da iniciativa**
9. **Projeto de Resolução 976/XII (BE)** - Recomenda a revogação das reduções remuneratórias dos bolseiros de investigação aplicadas pelo Governo no OE 2014 já declaradas inconstitucionais no OE 2013
 - **Discussão**
10. **Projeto de Resolução 949/XII (BE)** - Recomenda auditoria ao Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual
 - **Discussão**
11. **Conferência Parlamentar “O Futuro da Ciência em Portugal”**

- **Análise do programa**

12. Outros assuntos

13. Data da próxima reunião

Dia 9 de abril de 2014 - 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Na ausência do Presidente da Comissão, em grande parte da reunião, presidiu à mesma a Vice-Presidente, Deputada Nilza de Sena.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) anunciou que prescindia da apresentação do Projeto de Lei n.º 526/XII, prevista no ponto 8, e solicitou o adiamento da apreciação do ponto 10.

O PS solicitou o adiamento da apreciação do ponto 9 para a próxima reunião da Comissão.

Com estas alterações, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

2. Aprovação de atas

A ata n.º 186/XII/3.^a, referente à reunião da Comissão de 26 de março, e a ata n.º 14/XII/3.^a, da reunião da Mesa e Coordenadores dos Grupos Parlamentares, também de 26 de março, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. A Sr. Presidente deu conta do pedido do gabinete do Sr. Ministro da Educação e Ciência, no sentido da antecipação, para o dia 6 de maio, da audição regimental prevista para o dia 14 de maio. Não se registaram quaisquer objeções em relação à alteração da data.

3.2. Foi apreciado o relatório da visita da Comissão ao Campo Militar da Batalha de Aljubarrota e Zona Especial de Proteção, bem como o relatório respeitante ao acompanhamento efetuado pelo GT| Desporto às forças de segurança no jogo Sporting-Porto, não se tendo registado observações em relação aos mesmos.

4. Audição do Professor Doutor Vitor Corado Simões, sobre Avaliação Tecnológica Parlamentar - 15h00

O Sr. Professor Doutor Vitor Corado Simões começou por agradecer o convite e, referindo-se ao tema da Avaliação Tecnológica (AT), considerou que a participação do Parlamento deveria ser mais ativa nesta área, dada a importância de que se reveste a decisão política baseada em conhecimento e em evidência.

Fazendo alusão às relações complexas e multifacetadas que envolvem a tomada de decisão política e os seus resultados, afirmou que o regime corporativista continua a vigorar e a tentar influenciar a decisão política, sendo, por isso, fundamental o diálogo com todos os interessados, e não apenas com os cientistas.

Defendeu que a avaliação é indispensável para não colocarmos em risco as gerações vindouras, apresentando o exemplo do amianto e das suas consequências para a saúde, que poderiam ter sido evitadas se tivesse existido Avaliação Tecnológica.

Referindo-se à importância da dimensão das implicações sociais e éticas da Avaliação Tecnológica, defendeu que a Assembleia da República deveria dispor de uma infraestrutura com competência para avaliar as consequências e os impactos de uma determinada decisão, de forma a evitar recuos indesejáveis e onerosos a vários níveis. Apresentou o exemplo da utilização indevida da costa portuguesa, com as implicações que daí advêm, no que concerne à preservação do ambiente.

Mencionou que a Avaliação Tecnológica pressupõe um conflito de interesses, apresentando o caso dos alimentos geneticamente modificados. Referiu-se também à robótica para demonstrar a importância de se avaliarem as consequências, quer negativas, quer positivas, do desenvolvimento tecnológico, constituindo esta uma avaliação muito nobre para a Assembleia da República.

Interviu, de seguida, a Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD), que saudou o Professor Doutor Vitor Corado Simões, afirmando que a sua intervenção vem ao encontro das preocupações dos Deputados. Esclareceu que a Assembleia da República dispõe de recursos, pese embora existam lacunas ao nível da decisão suportada em pareceres técnicos e científicos. Referindo-se aos atuais constrangimentos orçamentais, afirmou que se pretende encontrar uma solução intermédia, que possa, posteriormente, evoluir para uma situação ótima, pelo que solicitou uma proposta de modelo de trabalho, que vá ao encontro das necessidades do Parlamento, de ligação à investigação.

O Sr. Deputado Rui Pedro Duarte (PS) agradeceu a intervenção e disse reconhecer a necessidade de garantir uma participação mais ativa da Assembleia da República nas áreas da ciência e da tecnologia, para melhor se informar e para melhor decidir. Referiu-se à fase de conceção, discussão e avaliação de todos os aspetos que envolvem a Avaliação Tecnológica e solicitou algumas notas relativamente aos obstáculos e às oportunidades da implementação de um mecanismo de Avaliação Tecnológica Parlamentar (ATP) na Assembleia da República.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) agradeceu a intervenção e referiu-se à importância da AT em termos de antecipação das consequências de uma determinada decisão. Questionou ainda sobre o tipo de modelo a adotar pela Assembleia da República e sobre os pontos que devem dominar o modelo que vier a ser implementado, tendo em conta a importância de se otimizar o que já existe.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) agradeceu a exposição e a variedade temática e de processos tecnológicos a ter em conta, e defendeu a necessidade de os legisladores disporem de decisão qualificada e exigente, de forma a reduzir os impactos negativos.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) agradeceu a intervenção e os vários exemplos apresentados, nomeadamente a questão do amianto, dadas as consequências para a saúde das pessoas. Considerou que a questão dos constrangimentos financeiros não deve ser invocada quando se assume a importância desta matéria e dos constrangimentos inerentes à ausência de avaliação, independentemente dos modelos ou das opções.

Respondendo às questões, o Sr. Professor Doutor Vitor Corado Simões afirmou não dispor de condições para apontar modelos, por não ser um especialista em Avaliação Tecnológica. No entanto, considerou que o processo de criação terá de ser um exercício que se vai construindo e avaliando. Disse existirem modelos muito díspares, pelo que considerou que o primeiro passo consistiria no estabelecimento de uma relação mais direta e mais fluida com universidades e centros de investigação que se ocupem das áreas que se encontrem sob escrutínio da Assembleia. Dadas as restrições orçamentais, defendeu que se deve fazer algo realista e que se vá construindo, daí a importância de se criar uma rede de relação com unidades de investigação, que possam contribuir com especialistas para que a decisão seja, sempre que possível, sustentada na evidência e no conhecimento científico.

5. Audiência à Federação do Folclore Português - 16h00

A Sra. Presidente apresentou as boas vindas aos representantes da Federação do Folclore Português – António Teixeira Faria (1.º Vice-presidente da Direção); Ana Rita Rodrigues Leitão Granja Vieira (6.º Vice-presidente da Direção); António José Santos Gabriel (2.º Vice-presidente da Direção); Maria Manuela Carloto Simplício Silva (3.º Vice-presidente da Direção); Daniel Calado Café (5.º Vice-presidente da Direção) e Elisa Manuela Afonso Alves (Secretária da Assembleia Geral) – que fizeram uma breve apresentação da Federação, fundada em 1977, e que tem desenvolvido a sua ação no processo de investigação, defesa, salvaguarda e divulgação da cultura tradicional e popular portuguesa.

Referiram-se aos projetos transversais que têm desenvolvido, não apenas em território nacional, mas também internacional, e também à necessidade de um esforço concertado entre o poder político central, o poder local, as instituições coletivas e oficiais e as forças vivas das comunidades locais, com vista à conservação de identidades mediante a valorização do património, da cultura e da memória coletiva, como resposta às pressões das forças da globalização e às incertezas do futuro.

Apresentaram, por fim, três propostas de ação e parceria entre a Federação e o Estado português:

1. Oficialização do Dia Nacional do Folclore Português, no último domingo de cada mês de maio;
2. Designação da Federação do Folclore Português enquanto parceria consultiva do Estado português, no que respeita à intervenção do Estado junto dos agentes sociais e culturais da área de influência da Federação;
3. Deferimento do pedido de benefício fiscal da consignação de quota do IRS (n.ºs 4 e 6 do artigo 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho).

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) que disse reconhecer a importância e o trabalho de recolha etnográfica e de acompanhamento que é efetuado junto dos grupos, para além da vertente lúdica, de convívio e de troca de experiências que proporcionam. Pediu alguns esclarecimentos sobre a segunda proposta, nomeadamente no que se refere às matérias sobre as quais propõem emitir parecer.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) saudou a delegação e referiu-se à importância da Federação para o setor e para a garantia da preservação da nossa cultura e da nossa matriz. Fez ainda alusão à ligação com as autarquias locais e enalteceu o trabalho junto dos jovens, ao nível da música, da dança e da transmissão da cultura.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) referiu-se à importância do folclore na preservação da identidade e da cultura portuguesas e, relativamente às propostas, afirmou que serão objeto de análise, tendo pedido esclarecimentos sobre o tipo de parceria que pretendem com o Estado e ainda sobre o tipo de relação que mantêm atualmente com o Estado central.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) saudou a Confederação pela realização dos dois congressos e agradeceu a entrega das conclusões. Referiu-se à importância do trabalho de salvaguarda e valorização do património, para além das atividades que promovem a boa convivialidade e valorizam as expressões culturais do nosso povo. Afirmou que o movimento associativo desempenha um papel ainda mais importante na atual conjuntura, pese embora não exista uma estratégia para a salvaguarda do folclore ou de qualquer outra expressão cultural portuguesa. No que concerne à oficialização do Dia do Folclore, defendeu que não deve ser o Estado a fixar os dias, mas apenas a reconhecê-los, com exceção das comemorações de Estado. Relativamente às restantes propostas, afirmou que irá acompanhar os desenvolvimentos.

Os representantes da Federação do Folclore Português agradeceram as intervenções e destacaram a função social que desempenham junto das comunidades, cimentando as suas especificidades. Relativamente à proposta de parceria com o Estado, mencionaram que pretendem aprofundar a sua relação e manifestaram-se disponíveis para o que estiver ao seu alcance, sublinhando que as estruturas federativas têm condições para funcionarem como

parceiros consultivos, dado que dispõem de competência científica e técnica para os processos de inventariação previstos na lei, mas que não estão a ser desenvolvidos.

Concluíram, reafirmando que a oficialização do Dia Nacional do Folclore Português, com a dinamização de um conjunto de iniciativas em todo o País, constituiria um passo importante no caminho de consciencialização da cultura identitária portuguesa.

6. Proposta de Lei n.º 192/XII/3.ª - Procede à primeira alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais e ao Decreto-Lei n.º 9/2013, de 24 de janeiro, que regula liquidação, a cobrança, o pagamento e a fiscalização das taxas previstas na Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro.

Concluiu-se a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 192/XII e das propostas de alteração apresentadas, encontrando-se o relatório de votação disponível no [processo da Proposta de Lei](#).

7. Petição n.º 327/XII/3.ª da iniciativa de Agostinho Lopes Serra – Pretende que seja reposta a justiça quanto à sua situação profissional que já se arrasta desde 2005 como professor contratado.

O Sr. Deputado João Prata (PSD) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do Deputados do BE e do PEV.

8. Projeto de Lei n.º 526/XII (BE) - Elimina a exigência de realização de exames a disciplinas a que os alunos do ensino profissional são impedidos de se inscrever repondo os critérios do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) disse prescindir da apresentação do Projeto de Lei.

9. Projeto de Resolução 976/XII (BE) - Recomenda a revogação das reduções remuneratórias dos bolséis de investigação aplicadas pelo Governo no OE 2014 já declaradas inconstitucionais no OE 2013

Adiado.

10. Projeto de Resolução 949/XII (BE) - Recomenda auditoria ao Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual

Adiado.

11. Conferência Parlamentar “O Futuro da Ciência em Portugal”

Na ausência da Sra. Deputada Elza Pais (Relatora para a Ciência), o programa da Conferência foi apresentado pelo Sr. Deputado Acácio Pinto (PS), que propôs a alteração da designação do 1.º painel, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV. Assim, onde se lia *Financiamento e sustentabilidade do SCTN, em função do novo Quadro Comunitário*, passou a ler-se *Financiamento e sustentabilidade do SCTN e o novo Quadro Comunitário*.

12. Outros assuntos

13. Data da próxima reunião

Dia 9 de abril de 2014 - 10h00



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A reunião foi encerrada às 17:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 01 de abril de 2014

A VICE-PRESIDENTE

(Nilza de Sena)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Duarte Marques
Elza Pais
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Emília Santos
Hugo Lopes Soares
Inês Teotónio Pereira
João Prata
Maria Manuela Tender
Rosa Arezes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Enes
Maria da Conceição Caldeira